



**Processo nº** 10166.721184/2009-52  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** 2301-008.554 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 03 de dezembro de 2020  
**Recorrente** VICENTE DE PAULA FREITAS VIEIRA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Exercício: 2005, 2006

RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO.

Deixa-se de apreciar o recurso voluntário interposto fora do prazo estabelecido no art. 33 do Decreto nº 70.235, de 1972.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso.

(documento assinado digitalmente)

Sheila Aires cartaxo Gomes – Presidente e Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Joao Mauricio Vital, Wesley Rocha, Cleber Ferreira Nunes Leite, Fernanda Melo Leal, Paulo Cesar Macedo Pessoa, Leticia Lacerda de Castro, Mauricio Dalri Timm do Valle, Sheila Aires Cartaxo Gomes (Presidente).

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário (e-fls. 143/152) interposto pelo Contribuinte VICENTE DE PAULA FREITAS VIEIRA, contra a decisão da 3<sup>a</sup> Turma da DRJ/BSB (e-fls. 126/137), que julgou improcedente a impugnação contra o auto de infração (e-fls. 90/96), conforme ementa a seguir:

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF****Exercício: 2005, 2006****SIGILO BANCÁRIO.**

É lícito ao Fisco examinar informações relativas ao contribuinte, constantes de documentos, livros e registros de instituições financeiras, quando houver procedimento de fiscalização em curso e tais exames forem indispensáveis, independentemente de autorização judicial, mormente quando tais documentos forem apresentados pelo próprio sujeito passivo.

**DECADÊNCIA. OMISSÃO DE RENDIMENTOS.**

O fato gerador do IRPF, relativo à omissão de rendimentos apurada a partir de depósitos bancários de origem não comprovada, ocorre no dia 31 de dezembro do ano-calendário.

**DEPÓSITOS BANCÁRIOS. PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS.**

Caracterizam-se omissão de rendimentos os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

**PRESUNÇÃO LEGAL. ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE.**

Os órgãos julgadores administrativos não detêm competência para apreciar arguições de inconstitucionalidade ou ilegalidade contra diplomas legais regularmente editados.

**MERAS ALEGAÇÕES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.**

Reputa-se válido o lançamento relativo a omissão de rendimentos nas situações em que os argumentos apresentados pelo contribuinte consistem em mera alegação, desacompanhada de documentação hábil e idônea que lhe dê suporte.

**Impugnação Improcedente****Crédito Tributário Mantido**

O lançamento decorreu de procedimento de revisão interna das declarações de rendimentos exercícios 2005 e 2006, que apurou uma omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada em relação aos quais o sujeito passivo, regularmente intimado, não comprovou, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações, conforme o Termo de Verificação Fiscal de e-fls. 97/102.

Após exclusão dos créditos cuja origem foi comprovada e dos valores não considerados como omissão de rendimentos nos termos do art. 42, § 3º, da Lei nº 9.430, de 1996, restaram 45 créditos em contas correntes de titularidade do contribuinte, em relação aos quais ele, devidamente intimado, não comprovou a origem e a natureza dos recursos.

De acordo com o relatório do acórdão recorrido, o contribuinte apresentou, em 19/6/2009, a petição impugnativa acostada às fls. 112 a 122, contrapondo-se ao feito com os argumentos a seguir sumariados:

**Nulidade.** O requerente alega, de início, que a exigência dos extratos bancários pela autoridade administrativa fere a norma pétreia constitucional da inviolabilidade do sigilo bancário, que só pode ser relativizada por ordem judicial, nas situações de suspeita fundada de prática delituosa, que não seria o caso dos presentes autos.

Ainda sobre o assunto, defende que, mesmo que se admita que a legislação complementar superveniente em 2001 tenha atribuído ao Fisco o poder de "quebrar" o sigilo bancário, trata-se de quebra de sigilo referente aos anos de 2004 e 2005, quando o ordenamento ainda não trazia a antinomia referida. Consigna que, à época, o sigilo bancário, como limite imposto à autoridade administrativa, era comando absoluto, vigente, indiscutível.

Por fim, diz que não há que se alegar que a norma de proteção do sigilo bancário não teria sido infringida, haja vista a entrega dos extratos pelo próprio contribuinte, pois a administração pública age com estrita vinculação à lei, em sentido amplo, não podendo contrariá-lo.

**Decadência.** O interessado alega também a impossibilidade de constituição dos créditos referentes aos fatos geradores ocorridos anteriormente à data fixada em cinco anos anteriores à ciência do auto de infração.

Nesse sentido, assevera que, tratando-se de tributos sujeitos ao lançamento por homologação, há que se contar o prazo decadencial a partir do fato gerador, nos termos do art. 150 do Código Tributário Nacional (CTN), e que não seria correto considerar como fato gerador outro momento que não o da percepção do rendimento. Acentua que esse é o teor do art. 43 do CTN e do art. 38 do Regulamento do Imposto de Renda 1999.

Defende, então, o fato gerador mensal do tributo e cita jurisprudência administrativa sobre o tema.

Acrescenta, por fim, que o próprio auto de infração ilustra a ocorrência dos fatos geradores, em sua periodicidade, em cada um dos meses do ano-calendário, individualizando-os.

**Lançamento com Base em Depósitos Bancários.** O impugnante contradita a exigência afirmando, ainda, que depósito bancário não é renda, sendo, no máximo, indício de renda.

Aduz, nesse sentido, que o depósito bancário somente é tributável quando convertido em renda, em bens, quando ao final do período-base for constatado o acréscimo no 'quadro' patrimonial do contribuinte.

Conclui que a presunção de omissão de rendimentos pretendida na autuação fiscal contraria toda a estrutura do imposto sobre a renda, sendo ilógica, ilegal e inconstitucional. Logo após, cita jurisprudência administrativa relacionada.

No tocante aos créditos objetos do lançamento, aduz que:

No presente caso, vários dos depósitos referem-se a transferências de uma conta para outra, para viabilizar a utilização dos proventos recebidos do parlamento federal (que são depositados na agência de Brasília), sendo transferidos para a agência da cidade de origem do Recorrente (Boa Vista - RR). Além disso, vários trânsitos de pequenos valores, são entradas e saídas de antecipações de créditos tomados junto às instituições financeiras, no cheque especial e no cartão de crédito. O restante, são ingressos relativos aos proventos em si, recebidos em

função do exercício de seu cargo político federal.

Cientificado da decisão de primeira instância em 21/01/2013 (e-fl.141), o contribuinte interpôs em 22/02/2013 recurso voluntário (e-fls. 143/152), no qual reitera as alegações de impugnação.

É o relatório.

## **Voto**

Conselheira Sheila Aires cartaxo Gomes, Relatora.

### **Admissibilidade**

De acordo com os arts. 5º e 33 do Decreto n.º 70.235/72, que regulam o processo administrativo no âmbito federal, o prazo de 30 (trinta) dias para a interposição de Recurso Voluntário é contínuo, excluindo-se, na sua contagem, o dia de início e incluindo-se o dia do vencimento. Os prazos se iniciam ou vencem no dia de expediente normal no órgão em que tramite o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 5º Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Art. 33. Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos trinta dias seguintes à ciência da decisão.

No caso concreto, o recorrente teve ciência do acórdão recorrido no dia 21/01/2013 (segunda feira) conforme AR de e-fl.141. Ocorre que, de acordo com o registro de protocolo, de e-fl. 143 dos autos, o presente recurso somente foi interposto em 22/02/2013 (sexta feira), depois de já transcorridos mais de 30 dias contados da intimação do contribuinte, sendo, portanto, manifestamente intempestivo o recurso. Esclareço que o prazo para a interposição do recurso findou-se em 20/02/2013 (quarta feira).

Seguindo o procedimento do Decreto n.º 70.325/72, bem como a jurisprudência deste Conselho, o recurso intempestivo não deverá ser objeto de conhecimento. Copio a seguir, decisões deste órgão colegiado, que versam sobre a intempestividade dos recursos voluntários:

Acórdão n.º 2201004.941

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF

Ano-calendário: 1997

RECURSO VOLUNTÁRIO INTERPOSTO FORA DO PRAZO LEGAL.  
INTEMPESTIVIDADE RECONHECIDA.

É de 30 (trinta) dias o prazo para interposição de Recurso Voluntário pelo contribuinte, conforme prevê o art. 33, caput, do Decreto-lei n.º 70.235/72. O não cumprimento do aludido prazo impede o conhecimento do recurso interposto em razão da sua intempestividade.

Acórdão n.º 2202004.880

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF

Ano-calendário:2011

RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE.

Não se conhece de apelo à segunda instância, contra decisão de autoridade julgadora de primeira instância, quando formalizado depois de decorrido o prazo regulamentar de trinta dias da ciência da decisão.

Dante do exposto, o recurso voluntário não merece ser conhecido pois é intempestivo.

#### **Conclusão**

Ante ao exposto, voto por não conhecer do recurso voluntário em razão da sua intempestividade.

É como voto

(documento assinado digitalmente)

Sheila Aires cartaxo Gomes